



ATA DE APRECIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2025

(Processo nº 00200.019742/2024-38)

Às dezesseis horas do 20 de maio de 2025, a Pregoeira e sua Equipe de Apoio reuniram-se para apreciar **IMPUGNAÇÃO** apresentada pela empresa **MAIDA INFOWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA** ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90054/2025. Em síntese, a Impugnante alega que: *“Tal cláusula [item 2.3.8 do edital] representa uma vedação genérica, baseada apenas na alegação de que ‘as atividades contempladas em cada um dos editais devem ser prestadas por empresas distintas’. Contudo, não há qualquer motivação técnica que fundamente tal impedimento, tampouco estudo, análise de risco, parecer jurídico ou plano de contratações que comprove eventual conflito operacional ou incompatibilidade funcional. Essa omissão viola o princípio da motivação dos atos administrativos e contraria diretamente o comando legal que exige fundamentação objetiva para quaisquer restrições à competição. Em termos práticos, a medida compromete a isonomia entre os licitantes, afasta potenciais participantes qualificados e impõe custos desnecessários à Administração, além de prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa”*. A impugnação é tempestiva e atende aos requisitos de admissibilidade. Em razão do teor eminentemente técnico, o órgão técnico, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP), foi instado a se manifestar, e o fez nos seguintes termos: *“O núcleo da justificativa reside na **segregação de funções**, elemento central de boas práticas de governança pública, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e reforçado pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União. O objetivo é: • evitar conflitos de interesse entre etapas interdependentes da operação, • preservar a integridade da cadeia de controle e auditoria, especialmente no setor sensível da saúde suplementar, • e aumentar a confiabilidade dos dados auditados. A segregação entre contratadas é medida de governança, amplamente recomendada em contratações públicas complexas, e encontra amparo também no art. 11, §1º, inciso II da IN SEGES/ME nº 05/2017 (ainda utilizada subsidiariamente), e nos princípios da **eficiência, razoabilidade, economicidade e segurança jurídica**. [...] A vedação não é genérica, mas delimitada a processos com escopo interdependente, e justificada pela necessidade de garantia da imparcialidade na análise, processamento e fiscalização das contas. A medida: a) não afasta potenciais concorrentes do mercado de maneira injustificada, pois cada empresa pode disputar um dos certames; b) não impede o aproveitamento de expertises distintas, desde que em contratos diferentes, conforme estruturado no modelo de governança da SEGP; c) não contraria a jurisprudência do TCU, muito pelo contrário, O TCU, em diversas decisões, tem admitido a legalidade de cláusulas restritivas, desde que **devidamente motivadas e fundamentadas no interesse público**, a exemplo dos Acórdãos: • **Acórdão nº 2.495/2016 – Plenário**: ‘[...] é possível impor restrições à ampla participação, desde que devidamente justificadas com base em critérios técnicos e jurídicos que demonstrem a necessidade para garantir a eficiência e o controle da execução contratual.’ • **Acórdão nº 1.233/2012 – Plenário**: ‘[...] a Administração pode limitar a atuação de empresas, inclusive vedando cumulações de objetos em certames diversos, sempre que demonstrado o risco à eficiência, à fiscalização ou à segregação de funções.’ • **Acórdão nº 2.660/2015 – Plenário**: destaca que ‘o princípio da ampla competitividade não é absoluto e deve ser ponderado com outros princípios e objetivos da contratação pública’. [...] Ao assegurar a fiscalização cruzada entre prestadoras distintas, evita-se: a) eventuais fraudes operacionais, b) ocultação de erros técnicos, e c) riscos de colusão interna. Assim, a vedação protege não apenas a integridade do serviço, mas também a proposta mais vantajosa à Administração Pública, que não se resume ao menor preço, mas sim ao melhor resultado no ciclo completo da contratação. [...] Dessa forma, conclui-se que a cláusula impugnada está devidamente **motivada tecnicamente**, com base em fundamentos operacionais e de governança, observa os princípios da **isonomia, vantajosidade, transparência e eficiência**, conforme preconizado no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, encontra respaldo na **jurisprudência consolidada do TCU**, que admite restrições proporcionais à competitividade para resguardar a boa execução do contrato, além de ter sido objeto de **análise jurídica prévia**, com emissão do **Parecer nº 52/2025**, que endossa a legalidade do dispositivo. [grifos do autor]*. Insta registrar que, ao contrário do alegado pela impugnante, a decisão de restringir a participação no certame foi objeto de análise e da apresentação de justificativas ao longo



ATA DE APRECIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2025

(Processo nº 00200.019742/2024-38)

de toda a tramitação dos autos. Inicialmente, o Termo de Referência (NUP 00100.024163/2025-16-1¹), elaborado pela SEGP, assim dispõe em seu item 2.5.2: “A empresa vencedora da presente licitação não poderá ter participado do pregão referente ao edital do Processo nº 00200.019741/2024-38 (contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte à operação do plano de saúde do Senado, o Sistema Integrado de Saúde (SIS), especificamente para execução das atividades relacionadas ao Macroprocesso Regulação). Ademais, também não poderá participar dos pregões referentes aos editais dos Processos nº 00200.019743/2024-82 (contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte à operação do plano de saúde do Senado, o Sistema Integrado de Saúde (SIS), especificamente para execução das atividades relacionadas ao Macroprocesso Credenciamento) e nº 00200.019744/2024-27 (contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte à operação do plano de saúde do Senado, o Sistema Integrado de Saúde (SIS), especificamente para execução das atividades relacionadas ao Macroprocesso Apoio Administrativo). Isso porque, considerando a natureza do funcionamento deste tipo de operação, este Órgão Técnico entende ser vantajoso que os serviços concernentes a cada um desses editais sejam prestados por terceirizados diferentes, uma vez que trabalho realizado por uma empresa necessitará ser revisado e conferido pela outra empresa que dará continuidade ao mesmo serviço, criando um ambiente negocial de fiscalização recíproca. Tal configuração traz, s.m.j., maior benefício na gestão de cada etapa da operação, contribuindo, dessa forma, com uma maior eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos. Essa medida, portanto, amplia a qualidade da fiscalização, traz economicidade para administração pública, e evita e/ou minimiza qualquer dificuldade na execução contratual originária de atividades que possuem conflito de interesses, observando a segregação de funções e a individualização das condutas. Contratar empresas diferentes para cada Macroprocesso também reduz a dependência de uma única terceirizada, e evita que toda cadeia da operação seja afetada em caso de ocorrência de algum evento excepcional, como por exemplo, falência ou desligamento de uma empresa.” [grifou-se]. Por sua vez, a Advocacia do Senado Federal (ADVOSF), ao tempo em que realizou a análise completa do processo a fim de atestar sua conformidade jurídica, assim se manifestou em seu Parecer nº 52/2025 sobre a presença da cláusula restritiva de competição (NUP 00100.012401/2025-41¹): “Neste contexto, vislumbro que a previsão editalícia sob exame direciona-se à **obtenção do resultado mais vantajoso** para a Administração Pública e assegura **a justa competição em cada certame**, cabendo aos licitantes exercer sua livre opção quanto à participação em única e determinada etapa da operação licitada. Entendo, portanto, que a justificativa do critério de exclusão previsto no edital se reveste de solidez jurídica, em razão de sua plausibilidade lógica e da **convergência com o objetivo público pretendido**. Todavia, por se tratar de **matéria de mérito**, a questão demanda **decisão fundamentada da autoridade**, para dizer se acolhe ou refuta a justificativa deduzida” [grifos do autor]. Por fim, sobre a demanda de decisão fundamentada da autoridade, a Diretoria Geral do Senado Federal (DGER) assim se manifestou (NUP 00100.038156/2025-00¹): “**ACOLHO** a justificativa apresentada pela SEGP no subitem 2.5.2 do TR (documento nº 00100.024163/2025-16-1) para **VEDAR** a participação da empresa declarada vencedora desta licitação nos Pregões referentes aos Editais dos Processos citados no Parágrafo Décimo Sexto deste expediente” [grifos do autor]. Diante do exposto, refutados os argumentos da Impugnante, não havendo motivos para modificação do instrumento convocatório, e com fundamento na manifestação do órgão técnico (SEGP), da ADVOSF e da DGER (Autoridade Competente), julga-se **IMPROCEDENTE** a presente impugnação. Nada mais havendo a tratar, eu, Juliana Sá de Almeida Bezerra, lavrei a presente Ata, que será assinada por todos os presentes.

¹ Todos os NUP citados neste documento estão disponíveis no processo nº 00200.019742/2024-38